

Notas de pesquisa: As moradias de escravos, libertos e brasileiros livres de cor na Corte Imperial (1870)

GUSTAVO DANTAS ABRANTES*

Esta apresentação procura investigar os padrões de moradias de escravos e libertos na Corte Imperial, adotando como recorte temporal a segunda metade do século XIX. Até hoje foram poucos os trabalhos cujo objeto de pesquisa tenha sido este. Destacamos, dentre eles, o premiado livro do Professor Carlos Eugenio Libano Soares (Zungu, rumor de muitas Vozes e o seu artigo *Os últimos malungos: moradia, ocupação e criminalidade entre libertos africanos, 1860-1890*, presente no livro *Labirinto das Nações*, além das recentes publicações da doutoranda Ynaê Lopes dos Santos.

Esta última discute exclusivamente um período diferente do nosso, as primeiras décadas do XIX, com ênfase na década de trinta, ou período regencial. Sua dissertação, apresentada ao Programa de História Social da Universidade de São Paulo (USP), tentou compreender as possibilidades do cativo *viver sobre si* junto aos interesses dos senhores e a presença do Estado, então representado pela Intendência de Polícia. Suas conclusões atrelam a questão da moradia ao controle do senhor e a própria organização da escravidão no âmbito urbano.

“Tudo leva a crer que a permissão e o respeito pela autonomia cativa no espaço urbano, inclusive as diversas formas de morar sobre si, foi um dos modos mais seguros de controlar o cativo. E isso não foi característica apenas de senhores benevolentes. Mesmo que a assertiva seja aparentemente contraditória, entender a possibilidade de os escravos pertencentes a esses senhores habitarem outras casas significa compreender a escravidão urbana com outros olhos” (SANTOS, 2006:149).

Soares, por sua vez, no artigo *Os últimos malugos* desvendou aspectos importantes relativos às configurações étnicas das moradias dos africanos libertos. A densa análise que elaborou a partir dos registros da Casa de Detenção da Corte muito contribuiu para o tema da moradia, apontando os motivos de 1157 prisões de africanos libertos, a presença das nações africanas em cada freguesia, bem como os endereços dos africanos apreendidos e levados para a Detenção.

Percebendo que a desordem, a vagabundagem e a embriaguez foram os principais motivos das carceragens desses africanos libertos, o autor recuperou a complexidade social presente nestas prisões, pois: a) a alforria não fazia dele um sujeito social não marginalizado pelas autoridades policiais; b) ao ser preso por motivos muito vinculados a delitos de escravos, ficava notória a associação, pelas autoridades, entre libertos africanos e a instabilidade da “ordem pública” (SOARES, 2005: 177); c) havia a intenção dos policiais em desmontar possíveis redes de abrigo a escravos em fuga; d) a intensa perseguição fez de alguns africanos assíduos frequentadores da Casa de Detenção.

A cada entrada nesse presídio, tais africanos aprisionados sabiam que as estadias não seriam longas. Para garantir tal êxito, faziam, por exemplo, referências ao antigo senhor (significando um evidente recurso de apadrinhamento para verem-se livres da prisão) ou mesmo firmavam o chamado “termo de bem viver”.

“O termo de bem viver era um compromisso que o ‘vadio’ assumia com a autoridade de arranjar trabalho digno e sumir das ruas. ‘A quebra do termo’ representava um tempo de cadeia, que poupava a autoridade de processos demorados para mandar um africano à prisão... fica patente que o africano liberto era sobretudo uma ameaça, não para a propriedade, mas sim para a ordem pública, alguém que não aceitava os códigos de conduta estritos, limitadores à sua condição livre.” (SOARES, 2005, p. 177)

Este termo retrata bem a dinâmica que envolvia as prisões. Nesse contexto, a moradia representava muito mais do que um mero local de pernoites. Era indicador das intrincadas relações entre os indivíduos, capaz de desvendar encontros de escravos e libertos. A conclusão geral atingida por Soares permite compreender que, mesmo em uma cidade onde nos fins da década de 70 e fundamentalmente na década de 80 os africanos já não eram tão expressivos, embora muito envolvidos na acirrada disputa por trabalho com brasileiros e portugueses, havia elementos identitários forjando a proximidade cultural entre os africanos alforriados, pois

“os africanos libertos efetivamente faziam escolhas sociais e culturais para seus locais de moradia. Tudo indica que nesse período [1860- 1900] – e possivelmente até antes – forros africanos tendiam a morar juntos, em comunidades densas, em que laços de companheirismo e mesmo de parentesco de nação – como citado por Cortês de Oliveira – agregavam indivíduos em busca de segurança, proteção e apoio diário de sobrevivência.” (SOARES, 2005:184)

Antes, porém, de Soares e Ynaê, quem trouxe comentários sobre as moradias urbanas dos libertos foi Mary Karasch. Seu clássico livro, *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, é referência indiscutível para todo estudioso da escravidão desta cidade. Em seus estudos associou, já para a década de trinta, as moradias dos libertos aos locais mais humildes e insalubres da urbe, como na paróquia Santana (KARASCH, 2000: 473). A ascensão no *estatus* jurídico, deixando de ser escravo e passando a ser liberto, não representou grande ascensão social ou econômica.

“Os libertos tinham mais opções de moradia. Em vez de nas casas apinhadas de seus senhores, podiam viver entre outras pessoas de cor livres e libertos, na paróquia de sua escolha. Embora não fossem bem-vindos na Candelária [o Censo de 1849 não identificou muitos libertos residindo desta localidade], poderiam morar na maioria das outras paróquias...em 1849, já havia se mudado para os subúrbios, com quase a metade morando fora do centro. Os libertos africanos optavam por Sacramento em 1849, enquanto os brasileiros tinham preferência clara por Santana. Suspeita-se que essas escolhas residenciais estavam intimamente ligadas à presença das igrejas que serviam a grupos específicos” (KARASCH, 2000, p. 475).

Karasch propõe ainda que os libertos teriam relativa dificuldade de circulação para fora das freguesias em que residiam, dado o medo de que autoridades policiais ou seqüestradores os confundissem com escravos (KARASCH, 2000: 473). No caso da freguesia de Santana, que a cada década consolidava-se como uma região de forte concentração das populações mais pobres, a dificuldade de mobilidade espacial era muito evidente até 1850, quando a Câmara decidiu acelerar o aterro do Saco de São Diogo, no que viria a transformar-se na Cidade Nova (ABREU, 2006: 39).

Nos últimos anos houve, portanto, avanços no que diz respeito a questão da moradia de libertos. Permanecem, porém, algumas lacunas a ser preenchidas por outros historiadores, pois as relações sociais na Capital do Império brasileiro precisam ser compreendidas conjecturando-se as possíveis conexões entre grupos de escravos, libertos e livres (pretos e pardos). As estratégias de organização do mundo do trabalho passavam não apenas pelas prováveis distribuições étnicas africanas em meio ao espaço físico. Na verdade, aponta-se para a necessidade de correlacionar com maior intensidade os locais de moradia de escravos brasileiros e africanos, assim como o de libertos e brasileiros pobres pardos ou pretos, essas pessoas que levavam na pele o estigma da escravidão. Além disso, a fonte utilizada por Soares - Os Livros de Entrada

da Casa de Detenção do Rio de Janeiro - só permitiram análises focadas em um grupo específico entre os libertos: os africanos.

A dissertação que aqui começa a ser construída procura ainda o cruzamento das moradias de negros libertos, brasileiros escravos, de africanos desterrados, de africanos livres, de brasileiros livres de cor (preta, parda, cabra) construindo na prática uma cultura complexa. Procura-se testar se, uma vez identificada à proximidade entre as moradias de tais grupos, o contato dos escravos com libertos estimulou a busca pela autonomia cativa. Talvez, para muitos escravos, o que estava em jogo era a possibilidade de não “prestar contas” à casa senhorial de toda a sua vida pessoal.

Dentro deste processo, perguntas como “Onde moravam os escravos e os libertos?” e “Quais as ruas com maior aglomeração de moradias desses grupos sociais?” serão respondidas ao longo deste trabalho. É possível pensar na existência de grupos de negros forjando uma vizinhança onde se apresentam escravos, libertos e pretos e pardos pobres? Estas são algumas das questões que orientam nossas reflexões. Assim sendo, a contribuição deste trabalho para a historiografia pode começar com um novo olhar sobre a moradia de escravos e libertos, analisando fontes ainda pouco exploradas pela história social da escravidão, quais sejam, os registros de sepultamentos do cemitério de São Francisco Xavier e o Recenseamento para freguesia de São Cristóvão, de 1870.

Em outras palavras, um dos objetivos dessa dissertação é mapear os principais locais de moradias dos escravos, libertos, brasileiros pardos e pretos livres, levantando os seguintes dados específicos sobre as ruas com maior número de casos: naturalidade, a procedência étnica, a ocupação (como, por exemplo, a de trabalhador¹), os proprietários (no caso dos escravos), a idade dos sepultados e a cor. Trata-se de um trabalho minucioso, que procura compreender a lógica de organização dessas moradias e verificar até que ponto as procedências étnicas dos africanos (orientais, ocidentais e do centro-oeste) e a dos brasileiros (os nascidos aqui na cidade ou na província do Rio de

¹ O termo trabalhador foi uma das ocupações que mais apareceu nos registros de sepultamentos do cemitério de São Francisco Xavier em 1870, sendo vinculado tanto a escravos quanto a livres e libertos. Dos mais de 500 registros com identificação da ocupação que dispomos para esta fonte, em 176 encontramos o termo referente. Das análises de Soares dos registros de entradas da Casa de Detenção da Corte, constatou que, pelo menos naquela circunstância, definir-se enquanto trabalhador era uma estratégia para não ser visto como um vagabundo. FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos Eugenio Líbano, GOMES, Flavio dos Santos, *op.cit.*, p. 165.

Janeiro e as possíveis interações com aqueles vindos de outras províncias), podem ter sido variáveis dialógicas na distribuição espacial dos negros.

A documentação que está sendo priorizada, isto é, os registros de óbitos do cemitério de São Francisco Xavier permitiram um tratamento serial e isto conduziu à elaboração de um banco de dados contendo mais de 2000 casos (2524 para que sejamos mais precisos). Isto apenas para o ano de 1870. Nesta coleta encontram-se 1537 escravos, 462 libertos e 132 africanos livres, 101 brasileiros livres de cor preta e 186 de cor parda.

Como para todos esses há a indicação da moradia, o capítulo principal (apresentação da fonte principal – óbitos da Santa Casa - RJ) apresentará a partir de agora os locais de maior concentração de escravos, libertos e africanos livres e brasileiros livres pardos e pretos. Para isso, foram selecionadas a Rua do Sabão, Rua da Saúde, Rua do Hospício, Rua da Alfândega e Rua de São Pedro por serem, em ordem crescente, as ruas com maior número de registros dentre a totalidade dos óbitos coletados. Eis, então, os dados coletados dentro dos sepultamentos ocorridos no cemitério de São Francisco Xavier, no ano de 1870.

Tabela I: Proporções de escravos, libertos e livres (pretos e pardos) sepultados em 1870 (C.S.F.X.*), por naturalidade e condição jurídica

CONDIÇÃO JURÍDICA		BRASILEIROS	AFRICANOS	NÃO DIZ	TOTAL	TOTAL (%)
ESCRAVOS		898	578	61	1537	60,89
LIBERTOS		157	283	22	462	18,30
	LIVRES DE COR PARDA	189	1	-	190	7,52
LIVRES**			132	9	141	5,58
	LIVRES DE COR PRETA	101	-	-	101	4
	LIVRES DE COR CABRA	6	-	-	6	0,23
	LIVRES DE COR CRIOLA	1	-	-	1	0,03
NÃO DIZ		53	27	7	87	3,44
TOTAL		1404	1021	99	2524	99,99

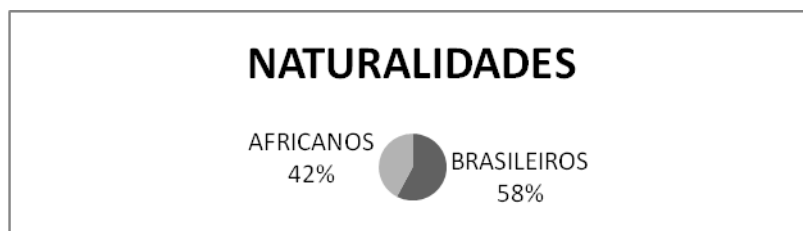
Fonte: Registros de Sepultamentos, cemitério de São Francisco Xavier, 1870 (Arquivo da Sta Casa – RJ)

*Cemitério de São Francisco Xavier(doravante C.S.F.X.).

** Só foram coletados os brasileiros livres que constavam a cor.

Conforme exposição da tabela e a visualização do gráfico a seguir, percebe-se que o número total de brasileiros é superior ao dos africanos. A diferença poderia ser maior, considerando-se que já haviam sido transcorridos vinte anos de fim do tráfico negreiro atlântico, determinado pela Lei Eusébio de Queirós.

Gráfico I: Proporções de sepultados, divididos entre africanos e brasileiros.



Fonte: Registros de Sepultamentos, cemitério de São Francisco Xavier, 1870 (Arquivo da Sta Casa – RJ, doravante ASC-RJ)

Obs: Considerando-se apenas os casos com naturalidade especificada.

Ressalta-se, pois, a presença de muitas crianças ou recém nascidos que, por terem sido sepultados e por agregar ainda a condição jurídica de sua mãe, também foram coletadas. Foi o que aconteceu com Manoel pardo. Trata-se de um escravo do Comendador Manoel da Rocha Miranda. Nos livros de sepultamentos surgiu como sua moradia a “Rua das flores nº 20, casa de Antonio Estevão Cordeiro”. Faleceu com apenas 8 dias de vida, com “tetano dos recém nascidos”. Sua mãe era a escrava Polucena². Ou então o caso de Ermelinda, parda liberta, então moradora na Rua da Alfândega nº 147. Falecida com 9 meses de idade, era “filha de Belmira escrava de Henriqueta d’ Albuquerque Diniz Cordeiro”³.

Independente, porém, da naturalidade, a presença dos escravos é bastante forte, pois mais de 60,89% (1537 casos) dos sepultados coletados pertenciam a esta categoria jurídica. A presença de escravos havia diminuído neste período, pois na segunda metade do XIX a taxa de mortalidade entre os escravos crescera, a de natalidade caíra, o número de alforrias crescia e muitos escravos foram vendidos para as fazendas (KARASCH, 2000:477). Além disto, com o incremento do tráfico interprovincial teria ocorrido uma reorganização econômica, com mudanças na quantidade dos escravos ao ganho⁴, bem como uma mudança no perfil de proprietários com esses escravos.

² Arquivo da Santa Casa do Rio de Janeiro (doravante ASC-RJ), Cemitério São Francisco Xavier (doravante C.S.F.X.), 9/6/1870.

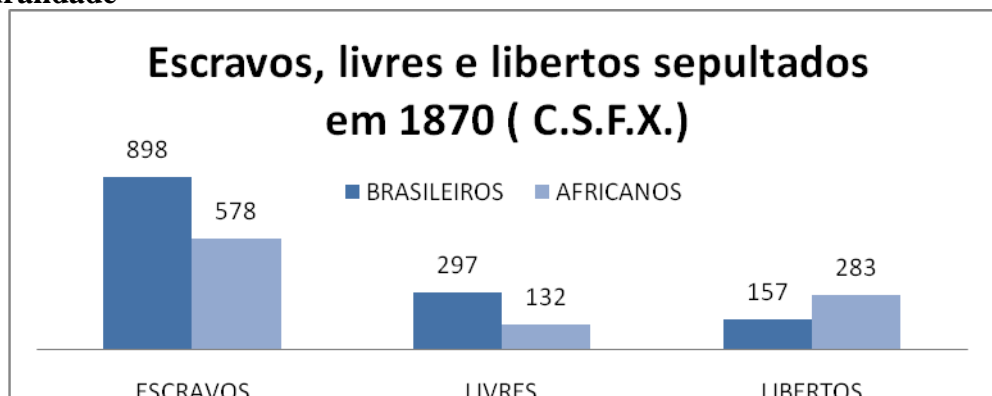
³ ASC-RJ, C.S.F.X.,20/11/1870.

⁴ Segundo definição de Leila Algranti os escravos ao ganho eram “aqueles que após fazerem alguns serviços na casa de seus senhores iam para as ruas, em busca de trabalho. Alugavam seu tempo a um, e a outro, e deviam no final de determinado período entregar a seus senhores um soma previamente estabelecida. Não importava como a quantia havia sido atingida, e nem mesmo se fora ultrapassada. O fundamental era não faltar o pagamento e evitar a punição”. ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor Ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1821 , p. 49. Ver o trabalho de

Com a venda de escravos para as áreas cafeeiras, após a abolição do tráfico atlântico africano, houve não só uma redução considerável na distribuição da propriedade destes cativos entre os diversos setores livres. Tanto ricos como pobres senhores de escravos ao ganho reduziram o número de cativos que possuíram, atraídas pelas novas formas de aplicação de capital surgidas nos anos 1850... Uma grande parcela das famílias mais pobres, que eram sustentadas pelos ganhos de um ou dois escravos, desfez-se deles e os seus componentes foram obrigados a se inserir gradativamente no mercado de trabalho que se forma na cidade, a fim de garantirem a sua sobrevivência... tudo indica que a maioria daqueles que continuaram a explorar escravos de ganho, depois de 1850, era constituída por indivíduos pobres que viviam mais folgadamente e indivíduos das camadas médias” (SOARES, 2007, p.136-137).

Se, por um lado, a maior parte dos escravos é brasileira, a discussão se inverte quando analisamos os libertos. Nesse caso, a relação aproximada é de 2 para 1, sendo os africanos os mais numerosos. Basta observar o gráfico a seguir.

Gráfico II: Sepultados no Cemitério São Francisco Xavier, por condição e naturalidade



Fonte: Sepultamentos do Cemitério de São Francisco Xavier, 1870.

Eram em geral os africanos que organizavam “os grupos de carregadores de café, com seu canto e passo cadenciado, chamavam a atenção de todos aqueles que circulavam pelas ruas centrais”. (SOARES , 2007:130). O africano liberto Jose preto, de nação Angola, por certo presenciou isto. Morando na “Rua da Alfandega

Juliana Barreto Frias; Carlos Eugênio Líbano Soares; e Flávio dos Santos Gomes. No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005, p, 113. Ver também NOGUEIRA DA SILVA, Marilene Rosa. Negro na Rua: a nova face da escravidão. São Paulo: Editora Hucitec. 1988, e SOARES, Luiz Carlos. O “povo de Cam” na Capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj – 7letras, 2007, 123-145.

nº 77” e trabalhando como cocheiro⁵, circulava pelas ruas da cidade e via a procura de outros africanos por uma ocupação e o trabalho desses ditos grupos.

Escravos faziam parte dos grupos de carregadores. Jeremias Mina, que residia na Rua dos Beneditinos nº21, escravo de Joaquim Luis de Souza Breves e carregador de café, devia participar desses grupos de trabalho⁶. Organizados por grupos liderados por africanos e cujos critérios de aglomeração eram fundamentalmente a identidade étnica – são os chamados *cantos* – os negros ao ganho procuravam se inserir nesse concorrido mercado de trabalho. João José Reis mostrou como eram os *cantos* na Bahia na segunda metade do século XIX, sobretudo nos anos bem próximos ao da abolição da escravatura. De tão significativos que eram, pode-se dizer que “também funcionavam como espécie de agência informal de emprego para diversas ocupações”. (REIS, 2000:214). Luiz Carlos Soares nos indica como os viajantes Kidder e Thomas Ewbank registraram o duro trabalho desses carregadores de café; cada grupo era composto por 10 ou 20 membros. De tão ardorosa que era, essa atividade “arrebentava e matava os cativos precocemente e a média de vida profissional de um carregador de café não ultrapassava 10 anos” (SOARES, 2007:166). Ewbank chega a dar maiores detalhes desta atividade afirmando que o “carregador inclina o corpo para a frente a caminha num trote ou meia corrida”. Logo em seguida percebe o elevado preparo físico que esses escravos necessitavam, pois a “maioria é constituída de homens fortes e atléticos, mas alguns são tão pequenos e de constituição tão frágil, que causa admiração ver como conseguem acompanhar os demais”. (EWBANK, 1976: 95).

Eram muitas as atividades desenvolvidas pelos escravos (KARASCH, 2000:259-291). De pescadores e remadores àqueles envolvidos no serviço doméstico, havia a possibilidade do cativo exercer mais de uma função. Os registros de óbito de São Francisco Xavier, no entanto, quando indicam a ocupação dos falecidos, só vinculam o falecido à apenas uma atividade. As que mais aparecem são a de trabalhador – no caso dos escravos do sexo masculino - e serviço doméstico, no caso dos escravos do sexo feminino.

⁵ ASC-RJ, C.S.F.X., 07/4/1870.

⁶ ASC-RJ, C.S.F.X., 22/01/1870.

Tabela II: Ocupações dos escravos (sexo masculino)

OCUPAÇÕES DOS ESCRAVOS HOMENS	
TRABALHADOR	88
COZINHEIRO	53
PADEIRO	13
PEDREIRO	13
COPEIRO	11
SERVIÇO DOMÉSTICO	11
ESCRAVOS COM OCUPAÇÃO DECLARADA	268
TOTAL	967

Fonte: Sepultamentos do Cemitério de São Francisco Xavier, 1870.

Tabela III: Ocupações dos escravos (sexo feminino)

OCUPAÇÕES DE ESCRAVAS MULHERES	
SERVIÇO DOMÉSTICO	29
COZINHEIRO	12
LAVADEIRA	5
SERVIÇO DE ROÇA	3
TRABALHADOR	2
ESGRAVAS COM OCUPAÇÃO DECLARADA	56
TOTAL	570

Fonte: Sepultamentos do Cemitério de São Francisco Xavier, 1870.

Ressalta-se também a presença dos africanos quitandeiros, cujo potencial de aquisição da liberdade jurídica era enorme. Foi possível encontrar o registro de sepultamento da quitandeira liberta Maria luiza, de nação Mina, residente na Rua Estreita de São Joaquim⁷. Há, ainda, três outros casos de falecimentos cuja ocupação oficial era a de quitandeiro (a): são os escravos (o preto Camilo, de 50 anos e Delfina Cabinda, de 60), e o africano livre Mathias José Afonso de 80 anos, morador da Rua Estácio de Sá (não houve descrição do número), envolvido no “negócio de quitanda”⁸. A ocupação exercida por eles – a de quitandeiros – os forçava a ficar a maior parte do tempo à rua. Ao trabalharem no comércio, aguçavam no cotidiano suas experiências na medida em que suas ocupações pressupunham um intenso contato com outras pessoas,

⁷ ASC-RJ, C.S.F.X., 29/10/1870.

⁸ ASC-RJ, C.S.F.X.: Camilo, 13/9/1870; Delfina 22/10/1870; Mathias 13/5/1870.

inclusive negros. Esses africanos, portanto, por meio da participação ativa em grupos de trabalho ou de ocupações como a de quitandeiros, conseguiam a alforria. Segundo Florentino,

“Os africanos representavam de 52% a 55% dos escravos que conseguiam ultrapassar o cativo nos anos 40 e 50. Foram necessários mais de dez anos após o final do comércio negreiro para que eles se vissem definitivamente suplantados pelos crioulos na corrida rumo à liberdade. E mesmo assim continuaram a alcançar a expressiva cifra de 45% de todos os que lograram obter cartas de alforria no período 1860-1864”. (FLORENTINO, 2002:14).

Nos registros de óbitos de São Francisco Xavier não houve surpresas quanto as procedências dos africanos, sejam eles libertos, escravos ou mesmo livres. Sem perder de vista a possibilidade da reinvenção étnica, o que se observou foi a presença das tradicionais identidades. Benguela, Moçambique e Cabinda despontam como as procedências mais presentes entre os africanos libertos, com 43 casos para as duas primeiras e 40 para Cabinda. Já na análise em separado dos africanos escravos observa-se a liderança da identidade Moçambique, com 80 casos, seguido por Congo e os Minas, ambos por 68 casos. Logo em seguida são novamente encontrados os Cabinda, com 67 casos registrados no conjunto dos sepultamentos em questão. Guardadas as proporções, também não houve surpresas quanto aos africanos livres, já que os mais citados foram Congo (18 casos), Mina, Benguela e Moçambique, com 17, 16 e 8 casos, respectivamente. Chama a atenção, no entanto, a quantidade de africanos sem procedência registrada: foram 111 casos de escravos africanos e 36 africanos livres com a simples descrição de ‘África.

No caso dos libertos brasileiros, a tabela a seguir mostra que os grupos mais expressivos foram os próprios naturais do Rio de Janeiro, seguidos por baianos e pernambucanos. Embora em menor quantidade, a presença de escravos e libertos oriundos de outras e distantes províncias reforça a importância da dinâmica do tráfico interprovincial.

A pergunta considerada fundamental diz respeito as ruas com maior quantidade de casos registrados, somando-se pretos, pardos, escravos, livres e libertos. Acredita-se que a observação dessas ruas fornece a oportunidade de desvendar articulações entre os tais grupos sociais. O resultado deste levantamento foi o seguinte.

Tabela IV: Ruas com maior incidência (por naturalidade e condição jurídica)

Moradia	Brasileiros				TOTAL	Africanos				TOTAL	TOTAL	TOTAL
	escravos	libertos	livres de cor	não diz		escravos	libertos	livres	não diz			
RUA DE SÃO PEDRO	33	6	3	1	43	18	3	7	0	28	2*	73
RUA DA ALFANDEGA	23	4	4	0	31	10	5	2	2	18	2*	52
RUA DO SABAO	20	5	6	0	29	9	3	6	0	18	2**	51
RUA DO HOSPICIO	20	3	4	0	26	12	5	4	0	21	2***	50
RUA DA SAUDE	22	2	6	0	30	17	1	0	1	19	0	49
Total	116	18	21	1	156	69	19	17	3	108	8	272

Fonte: Sepultamentos C.S.F.X., 1870. Arquivo da Sta Casa (RJ)

*Ambos eram escravos.

** trata-se de um escravo e uma escrava, sem naturalidade especificada.

*** Em um caso trata-se de uma preta liberta e no segundo não foi identificada a condição jurídica.

obs: não foram consideradas em conjunto as ruas do Sabão do Mangue e sabão da cidade nova

Separando-se, por outro lado, escravos, libertos, africanos livres e brasileiros livres de cor, observam-se não apenas momentos de reincidência das ruas supracitadas, como também surgem novos e interessantes locais de moradia. Na tabela sobre os mais citados locais de moradias de escravos, surpreende a presença da Rua do Conde e a Rua do Lavradio, já que não fazem parte do grupo de ruas com maior incidência de sepultamentos coletados.

Tabela V: Principais Moradias de escravos

MORADIA	QTD escravos
rua de são Pedro	51
rua da saúde	39
rua da alfândega	35
rua do conde	34
rua do hospício	32
rua do lavradio	30
rua do sabão	31

Fonte: Sepultamentos C.S.F.X., 1870. Arquivo da Sta Casa (RJ)

Tabela VI: Principais Moradias de libertos

MORADIA	QTD libertos
Asilo de mendigos	16
Niterói	11
rua formosa	10
rua do Riachuelo	10
rua da alfândega	9
rua do hospício	9
rua de são Pedro	9

Fonte: Sepultamentos C.S.F.X., 1870. Arquivo da Sta Casa (RJ)

Tabela VII: Principais Moradias de brasileiros livres pretos e pardos

MORADIA	QTD brasileiros livres de cor
Asilo de mendigos	10
Campo de aclamação	7
Irajá	6
rua Alcântara	6
rua da saúde	6
rua do sabão	6
rua dos barbonos	6
rua da imperatriz	5

Fonte: Sepultamentos C.S.F.X., 1870. Arquivo da Sta Casa (RJ)

Tabela VIII: Principais Moradias de brasileiros livres pretos e pardos

MORADIA	QTD africanos livres
rua de são pedro	7
rua do sabão	6
rua da imperatriz	4
rua da princeza dos cajueiros	4
rua de general Câmara	4

Fonte: Sepultamentos C.S.F.X., 1870. Arquivo da Sta Casa (RJ)

Considerações finais:

Esses dados e tabelas fazem parte da discussão que procuramos apresentar ao longo da dissertação, ainda em construção. Nosso estudo procura observar os locais

onde escravos e libertos moravam juntos, bem como observar a capacidade de autonomia dos escravos, na medida em que “*viviam sobre si*”. Por sua vez, os óbitos do cemitério de São Francisco Xavier apresentam-se enquanto uma fonte renovada, capaz de possibilitar estudos mais aprofundados sobre a questão das moradias sobretudo de escravos, assunto ainda pouco explorado pela historiografia.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. O feitor ausente – um estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis, Vozes, 1988.

AZEVEDO, Aluísio Azevedo. O Cortiço. Série Bom livro. Edita ática. Cotejado com a edição original, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1890.

CHALHOUB, Sidney. Visões de Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. Cia das Letras.1990.

_____, Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRITO, Deneilson Souza. Uma Cidade sem senzalas: Moradias escravas e autonomia na cidade do Rio de Janeiro (1789-1850). Monografia entregue em 2003 para obtenção do grau de Bacharel em História pela UFRJ.

EWBANK, Thomas. A vida no Brasil; ou diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras. D. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976

FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos Eugenio Líbano, GOMES, Flavio dos Santos,. In: No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. Cidades Negras. Editora ALAMEDA CASA EDITORIAL.

FLORENTINO, Manolo. Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____, Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro: PPGHIS/ UFRJ, v. 5, 2002.

GOMES, F. S; SOARES, C. E. L. Identidades Escravas, Conexões e Narrativas: Notas de pesquisas. Sesmária (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 21-45, 2001.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LINHARES, Maria Yedda. (ORG.) História Geral do Brasil – 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci Del Nero da . Às vésperas da Abolição - um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 34, n. 1, 2004.

NOGUEIRA DA SILVA, Marilene Rosa NEGRO NA RUA; a nova face da esravidão. Editora Hucitec, São Paulo. 1988.

REIS, João José. De olho no Canto: Trabalho de rua na Bahia na Véspera da Abolição. In Afro-Ásia, nº 24. Ano 2000.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo, 2006. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social.

SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugenio Líbano. Zungu, Rumor de Muitas Vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1988.

SOARES, Luiz Carlos. O “povo de Cam” na Capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj – 7letras, 2007.

VAZ, Lilian Fessler. Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio antigo. Dissertação de Mestrado, PUR/UFRJ, 1985.